

ADVOCACIA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas e 2 (duas) questões discursivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Conhecimentos Básicos				Conhecimentos Específicos		Questões Discursivas	
Língua Portuguesa		Língua Inglesa		Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação				
1 a 10	1,0 cada	11 a 20	1,0 cada	21 a 70	1,0 cada	1 e 2	10,0 cada
Total: 20,0 pontos				Total: 50,0 pontos		Total: 20,0 pontos	
Total: 90,0 pontos							

- b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas; junto a ele um **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS** destinado às respostas das questões discursivas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA/CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA/CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.
- Exemplo: A B C D E
- 05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Processo Seletivo Público o candidato que:
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**;
 - se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **LISTA DE PRESENÇA**, o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **2 (duas) horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.
- 10 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA** e para responder no **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 11 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA**, o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.
- 12 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 5 (CINCO) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA** e para responder no **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.
- 13 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

À moda brasileira

- 1 Estou me vendo debaixo de uma árvore, lendo a pequena história da literatura brasileira.
- 2 Olavo Bilac! – eu disse em voz alta e de repente parei quase num susto depois que li os primeiros versos do soneto à língua portuguesa: Última flor do Lácio, inculta e bela / És, a um tempo, esplendor e sepultura.
- 3 Fiquei pensando, mas o poeta disse sepultura?! O tal de Lácio eu não sabia onde ficava, mas de sepultura eu entendia bem, disso eu entendia, repensei baixando o olhar para a terra. Se escrevia (e já escrevia) pequenos contos nessa língua, quer dizer que era a sepultura que esperava por esses meus escritos?
- 4 Fui falar com meu pai. Comecei por aquelas minhas sondagens antes de chegar até onde queria, os tais rodeios que ele ia ouvindo com paciência enquanto enrolava o cigarro de palha, fumava nessa época esses cigarros. Comecei por perguntar se minha mãe e ele não tinham viajado para o exterior.
- 5 Meu pai fixou em mim o olhar verde. Viagens, só pelo Brasil, meus avós é que tinham feito aquelas longas viagens de navio, Portugal, França, Itália... Não esquecer que a minha avó, Pedrina Perucchi, era italiana, ele acrescentou. Mas por que essa curiosidade?
- 6 Sentei-me ao lado dele, respirei fundo e comecei a gaguejar, é que seria tão bom se ambos tivessem nascido lá longe e assim eu estaria hoje escrevendo em italiano, italiano! – fiquei repetindo e abri o livro que trazia na mão: Olha aí, pai, o poeta escreveu com todas as letras, nossa língua é sepultura mesmo, tudo o que a gente fizer vai para debaixo da terra, desaparece!
- 7 Calmamente ele pousou o cigarro no cinzeiro ao lado. Pegou os óculos. O soneto é muito bonito, disse me encarando com severidade. Feio é isso, filha, isso de querer renegar a própria língua. Se você chegar a escrever bem, não precisa ser em italiano ou espanhol ou alemão, você ficará na nossa língua mesmo, está me compreendendo? E as traduções? Renegar a língua é renegar o país, guarde isso nessa cabecinha. E depois (ele voltou a abrir o livro), olha que beleza o que o poeta escreveu em seguida, Amo-te assim, desconhecida e obscura, veja que confissão de amor ele fez à nossa língua! Tem mais, ele precisava da rima para sepultura e calhou tão bem essa obscura, entendeu agora? – acrescentou e levantou-se. Deu alguns passos e ficou olhando a borboleta que entrou na varanda: Já fez a sua lição de casa?

- 8 Fechei o livro e recuei. Sempre que meu pai queria mudar de assunto ele mudava de lugar: saía da poltrona e ia para a cadeira de vime. Saía da cadeira de vime e ia para a rede ou simplesmente começava a andar. Era o sinal, Não quero falar nisso, chega. Então a gente falava noutra coisa ou ficava quieta.
- 9 Tantos anos depois, quando me avisaram lá do pequeno hotel em Jacareí que ele tinha morrido, fiquei pensando nisso, ah! se quando a morte entrou, se nesse instante ele tivesse mudado de lugar. Mudar depressa de lugar e de assunto. Depressa, pai, saia da cama e fique na cadeira ou vá pra rua e feche a porta!

TELLES, Lygia Fagundes. **Durante aquele estranho chá:** perdidos e achados. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p.109-111. Fragmento adaptado.

- 1 O fragmento de abertura da crônica “Estou me vendo debaixo de uma árvore, lendo a pequena história da literatura brasileira.” (parágrafo 1) faz referência a uma
- (A) previsão
(B) fantasia
(C) esperança
(D) expectativa
(E) reminiscência
- 2 No texto, as palavras que marcam o sentimento de insegurança vivenciado pela narradora ao conversar com seu pai são:
- (A) confissão (parágrafo 7) e andar (parágrafo 8)
(B) rodeios (parágrafo 4) e gaguejar (parágrafo 6)
(C) cabecinha (parágrafo 7) e mudar (parágrafo 8)
(D) sepultura (parágrafo 3) e renegar (parágrafo 7)
(E) severidade (parágrafo 7) e esquecer (parágrafo 5)
- 3 De acordo com o texto, na opinião do pai, a filha deveria
- (A) aprender a língua da avó.
(B) valorizar a língua materna.
(C) escrever em idiomas diversos.
(D) ler outros poemas de Olavo Bilac.
(E) estudar história da literatura brasileira.
- 4 Ao ler os versos de Olavo Bilac, o “quase” susto da narradora, mencionado no parágrafo 2, foi motivado pela
- (A) possibilidade de seus escritos não serem conhecidos.
(B) falta de conhecimento sobre a localização do Lácio.
(C) necessidade de aprender uma língua diferente.
(D) surpresa com a postura pessimista do poeta.
(E) abordagem da temática da morte.

5

O emprego do acento grave em “soneto à língua portuguesa” (parágrafo 2) explica-se a partir do entendimento de que Olavo Bilac escreveu um soneto

- (A) em língua portuguesa
- (B) com a língua portuguesa
- (C) para a língua portuguesa
- (D) sobre a língua portuguesa
- (E) por causa da língua portuguesa

6

A palavra **que** funciona como um mecanismo de coesão textual, retomando um antecedente, em:

- (A) “parei quase num susto depois **que** li os primeiros versos”. (parágrafo 2)
- (B) “Não esquecer **que** a minha avó, Pedrina Perucchi, era italiana”. (parágrafo 5)
- (C) “ficou olhando a borboleta **que** entrou na varanda” (parágrafo 7)
- (D) “Sempre **que** meu pai queria mudar de assunto ele mudava de lugar”. (parágrafo 8)
- (E) “quando me avisaram lá do pequeno hotel em Jacareí **que** ele tinha morrido”. (parágrafo 9)

7

A frase em que as vírgulas estão empregadas com a mesma função que em “Não esquecer que a minha avó, Pedrina Perucchi, era italiana” (parágrafo 5) é:

- (A) Mude de lugar, meu pai, porque a morte vai chegar.
- (B) A filha, preocupada e triste, questionava a própria língua materna.
- (C) A língua portuguesa, embora inculta, constrói belos textos literários.
- (D) Os poemas, textos de uma beleza sem igual, encantam seus leitores.
- (E) Colocou os óculos e, caminhando pela sala, revelou a beleza do poema.

8

Considerando-se a correlação adequada entre tempos e modos verbais, a alternativa que, respeitando a norma-padrão, completa o período iniciado pelo trecho “A autora também teria sido lida se...” é

- (A) escrever seus contos em outra língua.
- (B) escrevera seus contos em outra língua.
- (C) tiver escrito seus contos em outra língua.
- (D) teria escrito seus contos em outra língua.
- (E) tivesse escrito seus contos em outra língua.

9

No parágrafo 6, “nossa língua é sepultura mesmo, **tudo o que a gente fizer vai para debaixo da terra, desaparece!**”, o segmento em destaque pode articular-se com o segmento anterior, sem alteração do sentido original, empregando-se o conector

- (A) quando
- (B) portanto
- (C) enquanto
- (D) embora
- (E) ou

10

Em “O soneto é muito bonito, disse me encarando com **severidade**” (parágrafo 7), a palavra que pode substituir **severidade**, sem alteração no sentido da frase, é

- (A) firmeza
- (B) rispidez
- (C) discricção
- (D) desgosto
- (E) incompreensão

RASCUNHO



LÍNGUA INGLESA

How space technology is bringing green wins for transport

- 1 Space technology is developing fast, and, with every advance, it is becoming more accessible to industry. Today, satellite communications (satcoms) and space-based data are underpinning new ways of operating that boost both sustainability and profitability. Some projects are still in the planning stages, offering great promise for the future. However, others are already delivering practical results.
- 2 The benefits of space technology broadly fall into two categories: connectivity that can reach into situations where terrestrial technologies struggle to deliver and the deep, unique insights delivered by Earth Observation (EO) data. Both depend on access to satellite networks, particularly medium earth orbit (MEO) and low earth orbit (LEO) satellites that offer low-latency connectivity and frequently updated data. Right now, the satellite supplier market is booming, driving down the cost of access to satellites. Suppliers are increasingly tailoring their services to emerging customer needs and the potential applications are incredible – as a look at the transportation sector shows.
- 3 Satellite technology is a critical part of revolutionizing connectivity on trains. The Satellites for Digitalization of Railways (SODOR) project will provide low latency, highly reliable connectivity that, combined with monitoring sensors, will mean near real-time data guides operational decisions. This insight will help trains run more efficiently with fewer delays for passengers. Launching this year, SODOR will help operators reduce emissions by using the network more efficiently, allowing preventative maintenance and extending the lifetime of some existing trains. It will also make rail travel more attractive and help shift more passengers from road to rail (that typically emits even less CO₂ per passenger than electric cars do).
- 4 Satellite data and communications will also play a fundamental role in shaping a sustainable future for road vehicles. Right now, the transport sector contributes around 14% of the UK's greenhouse gas emissions, of which 91% is from road vehicles – and this needs to change.
- 5 A future where Electric Vehicles (EV) dominate will need a smart infrastructure to monitor and control the electricity network, managing highly variable supply and demand, as well as a large network of EV charging points. EO data will be critical in future forecasting models for wind and solar production, to help manage a consistent flow of green energy.
- 6 Satellite communications will also be pivotal. As more wind and solar installations join the electricity network – often in remote locations – satcoms will

step in to deliver highly reliable connectivity where 4G struggles to reach. It will underpin a growing network of EV charging points, connecting each point to the internet for operational management purposes, for billing and access app functionality and for the users' comfort, they may access the system wherever they are.

- 7 Satellite technology will increasingly be a part of the vehicles themselves, particularly when automated driving becomes more mainstream. It will be essential for every vehicle to have continuous connectivity to support real-time software patches, map updates and inter-vehicle communications. Already, satellites provide regular software updates to vehicles and enhanced safety through an in-car emergency call service.
- 8 At our company, we have been deeply embedded in the space engineering for more than 40 years – and we continue to be involved with the state-of-the-art technologies and use cases. We have a strong track record of translating these advances into practical benefits for our customers that make sense on both a business and a sustainability level.

Available at: <https://www.cgi.com/uk/en-gb/blog/space/how-space-technology-is-bringing-green-wins-to-transport>. Retrieved on April 25, 2023. Adapted.

11

The main idea of the text is to

- (A) disapprove space technology.
- (B) relate space technology to diseases.
- (C) figure out the costs of space technology.
- (D) list potential dangers of space technology.
- (E) describe space technology improvements.

12

In the fragment in the first paragraph of the text “**However**, others are already delivering practical results”, the word **However** can be associated with the idea of

- (A) time
- (B) condition
- (C) emphasis
- (D) opposition
- (E) accumulation

13

From the fragment in the second paragraph of the text “connectivity that can reach into situations where terrestrial technologies struggle to deliver”, it can be concluded that terrestrial technologies can present data problems related to their

- (A) price
- (B) safety
- (C) choice
- (D) marketing
- (E) transmission

14

From the fragment in the second paragraph of the text “Right now, the satellite supplier market is booming, driving down the cost of access to satellites”, one can infer that the more access to the satellite supplier market is feasible,

- (A) the lower its price will be.
- (B) the higher its price will be.
- (C) the better its quality will be.
- (D) the poorer its quality will be.
- (E) the more reliable its quality will be.

15

The fragment in the third paragraph of the text “The Satellites for Digitalization of Railways (SODOR) project will provide low latency” means that

- (A) low volume of data will be conveyed within hours.
- (B) low volume of data will be interrupted for a few minutes.
- (C) low volume of data will be communicated within minutes.
- (D) high volume of data will be transmitted with minimal delay.
- (E) high volume of data will be transferred after a few minutes.

16

In the fragment in the fourth paragraph of the text “a sustainable future for road vehicles. Right now, the transport sector contributes around 14% of the UK’s greenhouse gas emissions, of **which** 91% is from road vehicles”, the word **which** refers to

- (A) road vehicles
- (B) transport sector
- (C) United Kingdom
- (D) sustainable future
- (E) greenhouse gas emissions

17

From the fifth paragraph of the text, one can infer that models for wind and solar production can provide sources of

- (A) unreliable power
- (B) intermittent energy
- (C) constant power flow
- (D) scarce energy sources
- (E) dangerous power sources

18

In the fragment in the sixth paragraph of the text “Satellite communications will also be **pivotal**”, the word **pivotal** can be replaced, with no change in meaning, by

- (A) tricky
- (B) erratic
- (C) essential
- (D) haphazard
- (E) problematic

19

From the seventh paragraph of the text, one can infer that automated driving will have the benefits of

- (A) human drivers
- (B) space technology
- (C) terrestrial connectivity
- (D) traffic controlled by people
- (E) 20th century designed cars

20

In the eighth paragraph of the text, the author states that, for the last 40 years, the company where he works has been

- (A) embedded in antipollution laws.
- (B) dedicated to space travel medicine.
- (C) involved with cutting-edge space industry.
- (D) concerned with the Earth’s polar ice caps.
- (E) engaged in antinuclear weapon campaigns.

RASCUNHO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Determinado cidadão, plenamente capaz, resolve criar empresa que, dadas as suas habilidades, logra obter êxito, com lucros e incorporação de vasto patrimônio. Posteriormente, esse cidadão é acometido por doença e é declarado incapaz para gerir seus negócios, sendo-lhe nomeado um representante legal.

Nos termos do Código Civil, o cidadão poderá

- (A) continuar na empresa por meio de representante.
- (B) exercer a administração da sociedade.
- (C) atuar autonomamente sem representante.
- (D) exonerar os gerentes de responsabilidade.
- (E) autorizar o não registro da incapacidade na Junta Comercial.

22

J, H e Y são acionistas da sociedade empresária MN, organizada em sociedade anônima. Devido ao sucesso do empreendimento, consultam seus advogados para constituir nova sociedade, observando novo critério para a emissão das ações.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, o preço de emissão das ações sem valor nominal será fixado na

- (A) primeira assembleia geral da companhia
- (B) constituição da companhia, pelos fundadores
- (C) reunião dos credores, quando convocada
- (D) convocação do Conselho Fiscal
- (E) composição da Diretoria

23

Um acionista de uma companhia propõe a criação de partes beneficiárias, com o intuito de alavancar o negócio da sociedade empresária.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, as partes beneficiárias conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos

- (A) dividendos distribuídos
- (B) resultados trimestrais
- (C) investimentos extraordinários
- (D) contatos com os fornecedores
- (E) lucros anuais

24

Os dirigentes de uma companhia resolvem distribuir aos acionistas — a título de antecipação e sem redução do capital social — quantias que lhes poderiam tocar em caso de liquidação da companhia.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, esse ato é considerado como

- (A) resgate
- (B) revenda
- (C) amortização
- (D) recolhimento
- (E) dissolução

25

Um economista possui ações de uma companhia onde também exerce cargo de diretor. Após consultas ao Departamento Jurídico, recebe a informação de que existe a necessidade de convocação de assembleia geral.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, a assembleia geral deve ser instalada, em segunda convocação, com

- (A) cinquenta por cento dos acionistas com direito a voto
- (B) vinte por cento dos acionistas com direito a voto
- (C) qualquer número de acionistas com direito a voto
- (D) dez por cento de acionistas com direito a voto
- (E) um por cento de acionistas com direito a voto

26

Um contador trabalha em uma empresa de auditoria, especializada em analisar os balanços financeiros de sociedades anônimas. Após o trabalho regular, verifica que a situação de liquidez da companhia auditada destoa da solvabilidade.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, dissolve-se uma companhia, por decisão judicial, quando ocorrer

- (A) intervenção
- (B) execução
- (C) avaliação
- (D) falência
- (E) cobrança

27

Um administrador de empresas exerce cargo comissionado em determinado órgão público que está assoberbado de requerimentos com pleitos diversos. Com o intuito de resolver o problema, cria sistema de metas, com prêmios de produtividade, buscando respaldo em autorização normativa recentemente aprovada.

No caso em tela, está sendo realizado o princípio, aplicável à administração pública, da

- (A) moralidade
- (B) publicidade
- (C) eficiência
- (D) organização
- (E) solidariedade

28

O prefeito de um município verificou que tinha sido deferida licença sem esteio legal para prática de ato de competência municipal. Após ser cientificado do ocorrido, editou portaria declarando nulo o deferimento e cancelando a licença.

Nos termos dos princípios aplicáveis à administração pública, a portaria municipal realiza o princípio da

- (A) preponderância
- (B) razoabilidade
- (C) comunidade
- (D) autotutela
- (E) iniciativa

29

Determinado cidadão foi eliminado de concurso público, a investigação social, por ter cometido ilícito sete anos antes do certame. No recurso contra sua eliminação, aduziu que, além do tempo decorrido, passou a exercer outro cargo público, onde permanece, com elogios a sua atuação.

Nos termos dos princípios aplicáveis à administração pública, o ato que eliminou o cidadão do concurso ofende a

- (A) veracidade
- (B) necessidade
- (C) validade
- (D) publicidade
- (E) proporcionalidade

30

J é gerente responsável pelas compras do município Z e as realiza de acordo com a moldura legal existente. Dado ao excesso de trabalho, postula à autoridade local a indicação de novo servidor para auxiliar nas tarefas necessárias. Houve a edição de ato nomeando P para cargo efetivo no setor, que, posteriormente, foi declarado nulo, sendo editada nova portaria para designar P para exercício de cargo em comissão.

Nesse caso, observada a teoria dos atos administrativos, houve a

- (A) permissão
- (B) conversão
- (C) convolação
- (D) transformação
- (E) edição

31

Um engenheiro, especializado em Petróleo e Gás, atua na Agência Nacional do Petróleo. Por força das suas atividades, verifica que determinada companhia está cometendo infrações à ordem econômica.

Nos termos da Lei nº 9.478/1997, nesse caso, deve comunicar a ocorrência desses delitos ao

- (A) Conselho Monetário Nacional
- (B) Conselho de Defesa Brasileiro
- (C) Conselho Industrial e Empresarial
- (D) Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- (E) Conselho Interinstitucional do Comércio

32

H é estrangeiro e recebe convite de empresa brasileira para exercer suas funções no Brasil, sendo acordado entre as partes o salário, o período de trabalho e outras condições contratuais.

Nos termos da legislação brasileira, o estrangeiro, para ser contratado por empresa brasileira e exercer atividade no território nacional, deve ter, dentre outros requisitos, visto de

- (A) diplomata
- (B) autoridade
- (C) técnica
- (D) trabalho
- (E) profissão

33

J é administrador de empresas e atua em empresa que presta serviços a diversas companhias de petróleo, bem como a transportadores marítimos que também carregam cargas perigosas, além de óleo e gás. Por força dessas atividades, implementa protocolos para evitar acidentes.

Nos termos da Lei nº 9.966/2000, a água subseqüentemente adicionada ao tanque lavado em quantidade superior a cinco por cento do seu volume total só poderá ser descarregada se atendida, dentre outras, a seguinte condição: que o navio não se encontre dentro dos limites de área ecologicamente

- (A) preservada
- (B) protegida
- (C) sensível
- (D) inóspita
- (E) intocada

34

O responsável pelo setor de licitações de sociedade de economia mista constatou situação de emergência, com premente prejuízo para pessoas e equipamentos utilizados na atividade-fim da empresa.

Nos termos da Lei nº 13.303/2016, nesse caso, é possível a aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de

- (A) 60 dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência
- (B) 90 dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência
- (C) 120 dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência
- (D) 150 dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência
- (E) 180 dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência

35

S é engenheiro e resolve empreender, constituindo sociedade empresária para atuar no ramo de petróleo e gás. Verifica a existência de diversos incentivos fiscais para a exploração desses bens. Nos termos da Lei nº 13.586/2017, fica instituído o regime especial de importação com suspensão do pagamento dos tributos federais de bens cuja permanência no País seja definitiva e que sejam destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

A referida suspensão aplica-se, dentre outros, ao seguinte tributo:

- (A) imposto de renda da pessoa jurídica
- (B) contribuição social sobre o lucro
- (C) imposto sobre produtos industrializados
- (D) contribuição previdenciária patronal
- (E) imposto de circulação de mercadorias

36

DF é diretor da sociedade de economia mista T e apresenta plano para aquisição de bens e serviços, sendo alertado pelo advogado da empresa da necessidade de licitação.

Nos termos da Lei nº 13.303/2016, havendo inviabilidade de competição para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, poderá ser realizada a contratação

- (A) direta
- (B) dirigida
- (C) aleatória
- (D) indicada
- (E) preferencial

37

A empresa construtora JH pretende erguer um prédio comercial no território do município VC e contrata profissional para obter as licenças necessárias. Logo a seguir, o profissional é comunicado de necessidade de cumprir as normas do Estatuto da Cidade.

Nos termos da Lei nº 10.257/2001, há exigência de realizar o Estudo de Impacto de Vizinhança que, dentre outras questões, deve analisar a geração de

- (A) tráfego
- (B) emprego
- (C) comércio
- (D) visitantes
- (E) necessitados

38

P é advogado e recebe informações de que a sociedade empresária Y está danificando floresta de preservação permanente.

Nos termos da Lei nº 9.605/1998, esse ato é considerado

- (A) irregularidade administrativa
- (B) circunstância não prevista
- (C) contravenção ambiental
- (D) crime contra a flora
- (E) ato civil

39

G promoveu reclamação trabalhista em face da empresa ÇÇ, buscando o reconhecimento de direitos trabalhistas. Houve a designação de audiência, com a determinação de que o autor fosse representado por entidade sindical.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, os empregados poderão fazer-se representar pelo sindicato da categoria no caso de ações

- (A) plúrimas
- (B) valiosas
- (C) pessoais
- (D) indisponíveis
- (E) paradigmáticas

40

O advogado T é contatado por cliente para realizar sua defesa em processo administrativo instaurado para avaliar infração ambiental. De acordo com a Lei nº 9.605/1998, são autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização.

São também autoridades competentes os agentes das

- (A) Guardas Municipais vinculadas aos Prefeitos Municipais
- (B) Capitânicas dos Portos vinculadas ao Ministério da Marinha
- (C) Polícias Civis vinculadas aos Governadores dos Estados
- (D) Promotorias de Justiça vinculadas aos Ministérios Públicos estaduais
- (E) Agências de Inteligência vinculadas ao Governo Federal

41

N é engenheiro com especialidade em ambiente ecologicamente equilibrado e mestrado com foco nos efeitos do petróleo nas situações poluidoras. Por suas competências, foi contratado como consultor de sociedade empresária que possui diversos investimentos em portos e aeroportos. De início, verifica a necessidade de controle das atividades potencialmente prejudiciais ao ambiente e sugere mudanças nos procedimentos existentes. Em consonância com a Lei nº 9.966/2000, as entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas e suas instalações de apoio deverão realizar, periodicamente, auditorias ambientais, com o objetivo de avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental em suas unidades.

Tais auditorias devem ser realizadas

- (A) mensalmente
- (B) semestralmente
- (C) anualmente
- (D) bianualmente
- (E) trimestralmente

42

T é advogado e pretende impugnar ato legislativo que foi editado antes de 1988, perante o Supremo Tribunal Federal.

Nos termos da interpretação adotada pelos Ministros da Suprema Corte nacional, nos casos de conflito entre norma anterior a 1988 com o texto constitucional, seria o caso de:

- (A) inconstitucionalidade superveniente
- (B) modulação dos efeitos
- (C) Lei não recepcionada
- (D) declaração sem redução de texto
- (E) ausência de decisão

43

Du é dirigente de entidade de assistência social, sem fins lucrativos, reconhecida por documentos emitidos pelos órgãos competentes nos três níveis federativos. Sabedora do cumprimento dos requisitos legais a entidade formula requerimentos para ser liberada do pagamento dos tributos incidentes sobre suas atividades.

Nos termos da Constituição Federal, no caso haveria

- (A) imunidade quanto a patrimônio, renda ou serviços
- (B) não incidência em relação a serviços
- (C) correção dos valores cobrados
- (D) pagamento regular dos tributos
- (E) isenção quanto a patrimônio e renda

44

J foi executado e apresentou exceção de pré-executividade, que acarretou a extinção de execução fiscal proposta pela União Federal.

Nos termos da jurisprudência assente do Superior Tribunal de Justiça, a decisão judicial deve

- (A) estabelecer a gratuidade das custas.
- (B) permitir a mediação entre os litigantes.
- (C) suspender o processo por noventa dias.
- (D) condenar a exequente em honorários advocatícios.
- (E) determinar a baixa dos autos sem ônus para as partes.

45

B é ativista ambiental e procura saber quem são os que mais poluem no mundo. Na sua busca por uma sociedade mais saudável, depara com o sistema de proteção à biodiversidade e resolve promover ações sociais com objetivo de preservar as situações decorrentes dessa perspectiva. Consta que as normas sancionam os poluidores.

Nos termos do Decreto nº 4.339/2002, a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente deverá ser precedida de estudo prévio de

- (A) atividade econômica
- (B) viabilidade financeira
- (C) consequências comunitárias
- (D) impacto ambiental
- (E) dano local

46

EV promoveu ação com pedido condenatório em face de B, que alegou, na sua contestação, ilegitimidade passiva, além de afirmar não ter sido o responsável pelos danos descritos na exordial.

Nos termos do Código de Processo Civil em vigor,

- (A) deverá o autor requerer a desistência da ação.
- (B) deverá o réu indicar o verdadeiro responsável pelos danos, quando o souber.
- (C) poderá o autor requerer o ingresso do réu como assistente.
- (D) poderá o réu chamar ao processo terceiro.
- (E) poderá o autor determinar a sucessão processual.

47

F é trabalhador regular em navios de grande porte e recebe autorização para realizar estudos relacionados aos recursos hídricos nacionais, com o objetivo de levantar locais para exploração futura do bem, por sua empregadora. No seu estudo, verifica a necessidade de estudar quais os parâmetros estabelecidos pelo sistema.

De acordo com a Lei nº 9.433/1997, constitui diretriz geral de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre outras, a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas

- (A) coralíneos e ilhas insulares
- (B) estuarinos e zonas costeiras
- (C) fluviais e lacustres
- (D) oceânicos e lagunares
- (E) aquíferos e artesianos

48

EV atua na área empresarial e tem dúvidas quanto aos seus registros fiscais diante da perda de documentos causada por enchentes que invadiram seu imóvel. Diante disso, formula requerimento à Receita Federal para ter acesso ao sistema que organiza a sua conta relacionada aos tributos recolhidos pela União Federal.

Nos termos da jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal, em caso de negativa de acesso, caberia a impetração de:

- (A) mandado de segurança
- (B) mandado de injunção
- (C) ação civil pública
- (D) ação popular
- (E) *habeas data*

49

J postulou, na sua petição inicial, o deferimento de tutela provisória para reconhecer a procedência de sua pretensão de mérito, anexando documentos que embasam seu pedido a contento, bem como indicando a existência de súmula vinculante em seu prol.

Nos termos do Código de Processo Civil em vigor, tratando-se de tutela de evidência, no caso descrito,

- (A) deve vir acompanhada de elementos que indiquem o perigo da demora.
- (B) deve exigir o risco ao resultado útil do processo.
- (C) pode ser deferida liminarmente pelo juiz.
- (D) depende de dilação probatória.
- (E) está relacionada à proteção temporária da coisa litigiosa.



50

N promoveu ação pelo procedimento comum, postulando a condenação de J a pagamento de indenização correspondente a dez milhões de reais e dando valor à causa de cinco mil reais, recolhendo as custas com base nessa quantia. Regularmente citado, o réu apresentou contestação e impugnou o valor dado à causa.

Nos termos do Código de Processo Civil, no caso enunciado, o valor da causa será

- (A) determinado pelo juiz diante das características da parte.
- (B) equivalente a dez vezes o valor da condenação.
- (C) considerado pelo exame da avaliação do bem.
- (D) fixado aleatoriamente pelo autor.
- (E) correspondente ao valor pretendido.

51

Uma mulher contratou um empreiteiro para construir uma edícula nos fundos de seu imóvel. Ao analisar o projeto executivo, o empreiteiro apresentou uma lista de todo o material necessário para a realização, que foi adquirido pela contratante e recebido pelo empreiteiro. Já com 85% da obra medida e paga, o empreiteiro apresentou uma nova lista de material, uma vez que uma parte pereceu em razão de uma enxurrada inesperada.

O custeio da nova lista de material deverá ser suportado pelo(a)

- (A) empreiteiro, visto que se tornou dono do material após a tradição.
- (B) empreiteiro, tendo em vista que a empreitada é de labor e material.
- (C) empreiteiro, pois, apesar de a contratante ser a dona do material, ele responde objetivamente por eventual perda.
- (D) contratante, em razão de responder pelo prejuízo do perecimento do material sem culpa do empreiteiro.
- (E) contratante, já que a empreitada é de labor e material.

52

A loja Obras de Artes Ltda. contrata G, crítico de arte, para escolher e adquirir peças para o seu mostruário de arte popular brasileira. No exercício do mandato, G antecipa despesas de transporte para aquisição das peças, bem como os valores das peças adquiridas. Após a prestação de contas, que são bem aceitas, Obras de Arte Ltda. solicita a entrega dos bens adquiridos, ao que G afirma que só assim procederá após o ressarcimento do valor das peças e dos gastos para o exercício do mandato.

Acerca da conduta de G, verifica-se que está

- (A) incorreta, pois a retenção não se justifica para o reembolso dos valores das peças.
- (B) incorreta, pois é ilícita a retenção para o reembolso das despesas de transporte.
- (C) incorreta, pois não lhe cabe exercer autotutela.
- (D) correta, pois as obras lhe pertencem.
- (E) correta, pois o mandante deve primeiramente ressarcir as despesas do mandatário.

53

P e Q convidam R, empresária, para ingressar na sociedade da qual já participam, cujo objeto é venda de alimentos e bebidas em estabelecimento já constituído. Ao analisar o valor da proposta, R questiona-lhes acerca do endividamento da sociedade, ao que P e Q informam, mediante documentos, que inexistente dívida. Omitem, no entanto, o acidente do trabalho com um dos empregados da sociedade, ocorrido na semana anterior ao convite, por negligência quanto a normas de segurança do trabalho. Sem conhecimento do fato, R aceita o preço das quotas ofertadas e, após celebração de contrato de cessão de quotas, todos se tornam sócios. Dias após o registro da alteração do contrato social, R descobre, a partir de citação da ação judicial movida pelo empregado, a ocorrência do acidente do trabalho, bem como o potencial débito contra a sociedade.

Diante desses fatos, R pode pleitear, em relação ao contrato de cessão, a

- (A) nulidade, em razão de lesão
- (B) nulidade, em razão de fraude contra credores
- (C) anulação, em razão de dolo
- (D) anulação, em razão de erro
- (E) anulação, em razão de simulação

54

A rede de postos de combustível Rede H S/A contrata com a Distribuidora de Gasóleo S/A fornecimento de óleo diesel para os seus estabelecimentos. Ajustam que o pagamento do fornecimento deve ser realizado trinta dias após o recebimento do óleo e que, caso não ocorra o pagamento, a Distribuidora de Gasóleo S/A deve ajuizar a pretensão de cobrança em até dez anos após o vencimento.

A respeito dessa cláusula que define o prazo para a pretensão, seu texto é

- (A) válido, pois coincide com o prazo legal.
- (B) válido, ante a liberdade para a fixação de prazo para a pretensão.
- (C) nulo, visto que não é possível aumentar o prazo legal.
- (D) anulável, pois não é possível diminuir o prazo legal.
- (E) anulável, porque não é lícita a fixação de prazo diverso para a pretensão.

55

Em determinada cessão integral de quotas de uma sociedade, as partes convencionam que, no prazo de até sessenta dias após a celebração do negócio jurídico, caso os novos sócios encontrem dívida não declarada, a cessão seria desfeita.

A respeito desse ajuste, diz-se que é um(a)

- (A) termo simples
- (B) encargo puro
- (C) condição resolutiva
- (D) condição suspensiva
- (E) condição puramente potestativa

56

A Incorporadora e Construtora Ltda. (IC) celebra um contrato para a aquisição periódica de cimento com Cimentos H S/A (CH). No contrato, dispõem que: "Cláusula Y: O pagamento do cimento entregue deverá ocorrer em 60 dias após o recebimento. Do 30º dia ao 60º dia, será devida remuneração sobre o valor da prestação à razão de 1,2% ao mês. Caso não haja pagamento no 60º, serão acrescidos juros moratórios à razão de 0,8% ao mês".

A respeito dessa cláusula, constata-se que é

- (A) parcialmente nula, pois o índice de juros legais não pode ser contratado.
- (B) válida, pois a acumulação de juros de natureza diversa é lícita quando dentro do limite legal.
- (C) nula, ante a ilicitude do acúmulo de juros remuneratórios e moratórios.
- (D) inválida, em razão da abusividade de se cobrar remuneração antes do pagamento.
- (E) inválida, pois não é lícita a cobrança de juros de mora de 2% ao mês.

57

Certo particular, proprietário de um terreno localizado em um distrito industrial, pretende auferir receita do bem, mas sem dispor de todos os poderes que o direito real de propriedade lhe confere. Recebe proposta de determinada indústria, a qual pretende construir no imóvel uma planta fabril. Para conciliar a magnitude dos valores envolvidos, o retorno financeiro e a segurança de se manter no local por longo prazo determinado, a indústria requer a constituição de um direito real.

Caso ambas as partes estejam de acordo, o direito real adequado será o de

- (A) uso
- (B) servidão
- (C) superfície
- (D) multipropriedade
- (E) concessão do direito real de uso

58

A sociedade Locação de Máquinas S/A (LM) firma contrato de locação de uma retroescavadeira pelo prazo de 6 meses, através do qual cede o uso da máquina à Engenharia Urbana Ltda. (EU) pelo aluguel mensal de R\$ 5.000,00. Dias antes do prazo final, a LM notifica a locatária para restituição do bem. Ultrapassado o prazo e sem a restituição, a LM informa que a locação passa a ser de R\$ 7.000,00.

Considerando-se o Código Civil, o novo valor imposto pela LM é um(a)

- (A) cômputo de juros remuneratórios
- (B) aluguel pena
- (C) cobrança indevida ante a inexistência de acordo
- (D) cobrança abusiva
- (E) cláusula penal

59

Mediante negócio jurídico, certa mineradora avença servidão por cinquenta anos ao longo de uma faixa de fazenda vizinha. Na escritura pública lavrada, fez-se menção à impossibilidade de resgate unilateral da servidão, bem como à hipoteca de vinte anos que já onerava a fazenda, constituída em garantia ao Banco T, o qual participou do ato. Decorridos cinco anos do registro da servidão, a fazenda, ainda gravada com hipoteca e servidão, é alienada a J. Descontente com o uso contínuo de certa faixa em seu imóvel, J apresenta proposta à mineradora para o resgate da servidão.

Segundo o Código Civil, o resgate

- (A) não poderá ser realizado por J, pois não é válida a alienação de imóvel hipotecado.
- (B) depende da aceitação da mineradora e prescinde da anuência do Banco T.
- (C) é impositivo, desde que o valor seja depositado em juízo.
- (D) ocorrerá, desde que aceite pela mineradora e anuído pelo Banco T.
- (E) não é possível antes do prazo convencionado.

60

A Indústria BCD S/A contratou seguro de vida para seus empregados junto à Seguros Proteção S/A. Por infortúnio, N sofreu acidente do trabalho que lhe ceifou a vida. Conforme apuração, a Indústria BCD S/A não concorreu com culpa. A viúva e beneficiária do seguro apresentou a documentação necessária à sociedade seguradora, com o objetivo de receber a indenização. Por não concordar com o resultado da apuração acerca do acidente, a Seguros Proteção S/A ofereceu 75% do valor da indenização, contra cujo recebimento a viúva ofereceu quitação. Arrependida por não receber a totalidade da indenização, a viúva procurou um advogado para que opinasse acerca da viabilidade jurídica para receber o restante do valor.

A esse respeito, verifica-se o seguinte:

- (A) a Seguros Proteção S/A deve pagar o valor restante ante a nulidade do acordo.
- (B) nada mais é devido, pois inexistente defeito de vontade na quitação oferecida.
- (C) o valor restante deve ser arcado por Indústria BCD S/A.
- (D) ante a nulidade do acordo, Seguros Proteção S/A e Indústria BCD S/A respondem solidariamente pelo valor restante.
- (E) a quitação é anulável e Seguros Proteção S/A deverá pagar o valor restante.



61

J, que é prático devidamente habilitado, após a aprovação em exame e em estágio de qualificação, foi designado para atuar em uma determinada zona de praticagem no Porto do Rio de Janeiro. Ao perceber que a data da designação havia caído em um sábado, J comunicou à autoridade marítima que se recusava a trabalhar naquele dia, invocando escusa de consciência e de crença.

O dia no qual J deveria estar disponível para prestar o serviço de praticagem foi bastante conturbado, com diversas embarcações nacionais e estrangeiras dependendo da assessoria do prático, por força das peculiaridades locais que dificultavam a livre e segura movimentação das embarcações.

Diante do ocorrido, a autoridade competente designada pela autoridade marítima lavrou Auto de Infração contra J, que, notificado, apresentou sua defesa no prazo de quinze dias úteis, após o recebimento de cópia do Auto de Infração.

A autoridade competente, ao final do procedimento administrativo, aplicou a J a penalidade de suspensão do certificado de habilitação pelo prazo de vinte e quatro meses, pois sua conduta gerara severos prejuízos econômicos por conta de atrasos na movimentação de embarcações de transporte de carga e de passageiros.

J recorreu à autoridade superior, discordando completamente da penalidade aplicada.

Com base na Lei nº 9.537/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, e considerando-se as circunstâncias descritas, a correta solução do recurso administrativo de J é a seguinte:

- (A) O prático não pode se recusar à prestação do serviço de praticagem, sob pena de suspensão do certificado de habilitação (ou, até mesmo, cancelamento do certificado em caso de reincidência), o que fez com que a autoridade superior tenha dado parcial provimento ao recurso de J para alterar o prazo da suspensão, uma vez que, havendo suspensão, o prazo máximo é de doze meses.
- (B) O prático não pode se recusar à prestação do serviço de praticagem, sob pena de advertência (ou, ainda, suspensão do certificado de habilitação no caso de reincidência), o que faz com que a autoridade superior tenha dado parcial provimento para aplicar a pena de advertência, uma vez que J era primário.
- (C) O prático não pode se recusar à prestação do serviço de praticagem, sob pena de multa, considerando-se a gravidade da infração (ou, ainda, sob pena de suspensão do certificado de habilitação no caso de reincidência), o que fez com que o recurso administrativo fosse parcialmente provido para aplicar a pena de multa.
- (D) O prático pode recusar-se à prestação do serviço de praticagem, a depender do caso concreto, desde que comunique previamente à autoridade marítima, no prazo mínimo de 48 horas; assim, a penalidade aplicada a J foi afastada pela autoridade superior, pois escusa de consciência e de crença possui previsão na Lei nº 9.537/97.
- (E) O prático pode recusar-se à prestação do serviço de praticagem, em qualquer hipótese, exigindo a legislação apenas a comunicação prévia à autoridade marítima, no prazo mínimo de 24 horas; assim, a penalidade foi afastada pela autoridade superior.

62

Um professor de pós-graduação em Direito Marítimo e Portuário foi questionado por seus alunos sobre o afretamento de embarcações. O professor explicou que o tema é tratado pela Lei nº 9.432/97, a qual dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário. Explicou, ainda, que a empresa brasileira de navegação poderá afretar embarcações brasileiras e estrangeiras por viagem, por tempo e a casco nu, mas que, em regra, o afretamento de embarcação estrangeira por viagem ou por tempo depende de autorização do órgão competente e só pode ocorrer nos casos previstos em lei.

Um dos alunos afirmou que o afretamento de embarcação estrangeira por viagem ou tempo, para operar na navegação de cabotagem, em substituição à embarcação de tipo semelhante, própria ou afretada, em jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação, no país ou no exterior, na proporção de até 50% (cinquenta por cento) da sua tonelage de porte bruto, é hipótese que independe de autorização.

Com base na Lei nº 9.432/1997, o comentário adequado a ser feito pelo professor sobre a afirmação desse aluno é o seguinte:

- (A) Está integralmente correta, pois a legislação de regência não exige autorização para afretamento nesse caso, desde que o percentual máximo da tonelage de porte bruto da embarcação não ultrapasse 50% (cinquenta por cento).
- (B) Está parcialmente correta, pois, embora a legislação de regência não exija autorização para afretamento nesse caso, o percentual máximo da tonelage de porte bruto da embarcação é de até 100% (cem por cento).
- (C) Está incorreta, pois a legislação de regência, alterada em 2022 pela Lei nº 14.301, passou a exigir autorização nesse caso.
- (D) Está incorreta, pois, embora a legislação de regência não exija autorização para afretamento nesse caso, não há nenhuma menção ao percentual máximo da tonelage de porte bruto da embarcação.
- (E) Está incorreta, pois a legislação de regência exige autorização nesse caso, desde sua entrada em vigor em janeiro de 1997.

63

Em um processo judicial em trâmite perante autoridade judiciária brasileira em que se discute o alcance de uma cláusula inserida em um contrato de compra e venda internacional de mercadorias, um dos litigantes alegou direito estrangeiro para fundamentar os seus argumentos diante das alegações expendidas pela parte contrária.

A esse respeito, à luz do art. 376 do Código de Processo Civil, verifica-se o seguinte:

- (A) a parte que alegar direito estrangeiro provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- (B) a parte poderá alegar direito estrangeiro, desde que haja reciprocidade de tratamento entre os litigantes.
- (C) a alegação de direito estrangeiro pelos litigantes depende da concordância da parte contrária.
- (D) a alegação de direito estrangeiro pelos litigantes viola a ordem pública.
- (E) ao juiz é vedado transferir à parte o encargo de comprovar o teor e a vigência do direito estrangeiro.

64

Considere uma situação em que um juiz deve julgar uma demanda envolvendo, como demandante, uma sociedade empresária espanhola e, como demandada, uma empresa brasileira.

Ao aplicar o Direito estrangeiro, por expressa determinação da regra de conexão brasileira, qual lei deverá ser efetivamente observada pelo juiz, considerando-se que a lei estrangeira remete à aplicação da lei da nacionalidade da empresa demandante?

- (A) Os tratados e convenções internacionais acerca do tema
- (B) A lei mais favorável ao demandado
- (C) A lei brasileira
- (D) A lei mais favorável ao demandante
- (E) A lei estrangeira

65

Suponha que um navio de determinado Estado pretenda exercer o direito de passagem inocente pelo mar territorial brasileiro.

À Luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, verifica-se o seguinte:

- (A) não lhe será permitido atravessar o referido mar, caso o navio seja de um Estado que possua litoral.
- (B) sua passagem deverá ser contínua e rápida, sem a possibilidade de parar ou fundear, ainda que por motivos de força maior.
- (C) a passagem será considerada prejudicial ao Brasil, se esse navio realizar qualquer atividade de pesca.
- (D) caso se trate de navio de propulsão nuclear, não lhe será permitido exercer o direito de passagem inocente.
- (E) poderá ser imposta taxa ao navio, com fundamento apenas na sua passagem pelo mar territorial.

66

Durante uma manobra desastrosa no Porto de Santos, situado no Brasil, uma embarcação mercante de bandeira norueguesa abalroou uma outra de bandeira portuguesa, causando danos leves aos cascos dos navios envolvidos e de pequena monta às instalações do próprio porto, tendo alguns dos tripulantes sofrido lesões de baixa gravidade.

A esse respeito, a Lei Orgânica do Tribunal Marítimo preconiza o seguinte:

- (A) o mero abalroamento das embarcações mercantes de bandeiras estrangeiras, em águas brasileiras, causando danos leves aos cascos dos navios envolvidos, quando não há óbito ou lesões de maior gravidade aos seus tripulantes, não pode ser considerado como acidente da navegação, o que afasta a competência do Tribunal Marítimo para julgá-lo.
- (B) por se tratar de acidente envolvendo embarcações mercantes de bandeiras estrangeiras, o Tribunal Marítimo somente teria competência para julgá-lo, se houvesse óbito de um dos tripulantes das embarcações envolvidas.
- (C) por se tratar de acidente da navegação envolvendo embarcações mercantes de bandeiras estrangeiras, em águas brasileiras, o Tribunal Marítimo terá competência para julgá-lo, definindo-lhe a natureza e determinando-lhe as causas, as circunstâncias e a extensão, indicando, ainda, os responsáveis, ficando-lhe vedado, contudo, aplicar penalidades.
- (D) o Tribunal Marítimo não tem competência para julgar o acidente de navegação envolvendo as embarcações mercantes de bandeiras estrangeiras, mesmo que em águas brasileiras.
- (E) o Tribunal Marítimo possui competência para julgar o acidente da navegação em águas brasileiras, mesmo quando envolver mero abalroamento de embarcações mercantes de bandeiras estrangeiras, com danos leves nos navios e lesões de menor gravidade aos seus tripulantes, e a sua decisão, quanto à matéria técnica referente ao acidente em questão, tem valor probatório e se presume certa, sendo, porém, suscetível de reexame do Poder Judiciário.

RASCUNHO



67

A Lei nº 10.233/2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, estabelece caber à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, dentre as atribuições da sua esfera de atuação,

- (A) celebrar atos de outorga de permissão ou autorização de prestação de serviços de transporte pelas empresas de navegação fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e de longo curso, cabendo ao Ministério da Infraestrutura o gerenciamento dos respectivos contratos e demais instrumentos administrativos.
- (B) decidir sobre a política de apoio à indústria de construção naval e de afretamento de embarcações estrangeiras, regulamentando sobre as questões relativas à composição da frota mercante brasileira e à prática de afretamento de embarcações.
- (C) representar a República Federativa do Brasil junto aos organismos internacionais de navegação e em convenções, acordos e tratados sobre transporte aquaviário, podendo participar de foros internacionais, sob a coordenação do Poder Executivo.
- (D) fomentar competição entre as prestadoras de serviços aquaviários de transporte, ficando vedada a tomada de medidas direcionadas a evitar práticas anti-concorrenciais, matéria de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE.
- (E) celebrar contratos de concessão, precedidos ou não de execução de obra pública, para a exploração de serviços de operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis situados em corpos de água de domínio da União e dos estados da Federação.

68

Após ríspida discussão entre o capitão e um oficial de ponte, integrantes da tripulação de um navio estrangeiro, que realizava passagem inocente pelo mar territorial brasileiro, sobreveio o cometimento de infração penal (lesão corporal) contra um dos litigantes.

De acordo com Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convenção de Montego Bay), o Brasil não poderá exercer jurisdição penal a bordo do navio com o fim de realizar investigação do fato narrado, salvo se o(a)

- (A) navio possuir bandeira de país membro da União Europeia.
- (B) navio, embora esteja passando pelo mar territorial brasileiro, seja procedente de águas interiores brasileiras.
- (C) navio for procedente de um porto estrangeiro e não tenha entrado em águas interiores brasileiras.
- (D) assistência das autoridades locais não tiver sido solicitada pelo capitão ou pelo representante diplomático ou funcionário consular do Estado de bandeira.
- (E) infração criminal não tiver consequências para o Estado brasileiro.

69

Com o arrefecimento da pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2, a atividade marítima retomou o seu crescimento e, em razão dessa retomada, novos acidentes e incidentes envolvendo embarcações (nacionais e estrangeiras) e marítimos voltaram a ocorrer, em águas brasileiras e em alto mar, os quais vêm sendo submetidos à jurisdição do Tribunal Marítimo, no Brasil, órgão auxiliar do Poder Judiciário brasileiro.

A esse respeito, a Lei Orgânica do Tribunal Marítimo preconiza que esse Tribunal

- (A) não exercerá jurisdição sobre embarcações mercantes estrangeiras em alto mar, envolvidas em acidentes marítimos ou em incidentes de navegação, mesmo havendo brasileiro que vier a óbito.
- (B) não exercerá jurisdição sobre os marítimos estrangeiros, ainda que se encontrem em território ou em águas territoriais brasileiras.
- (C) não exercerá jurisdição sobre embarcações mercantes de bandeiras estrangeiras em águas brasileiras.
- (D) exercerá jurisdição sobre embarcações mercantes brasileiras em alto mar, ou em águas estrangeiras.
- (E) exercerá jurisdição sobre embarcações mercantes estrangeiras em alto mar, envolvidas em acidentes marítimos ou em incidentes de navegação, nos quais haja pessoa física brasileira, apenas quando esta última vier a óbito.

70

Uma sociedade empresária chilena celebrou na França com uma empresa dinamarquesa um contrato sem cláusula de eleição de foro exclusivo para a entrega de duas toneladas de minério no Porto do Rio de Janeiro, Brasil. Em razão de problemas técnicos da embarcação durante o transporte, houve atraso na chegada ao destino, o que acarretou o perecimento da mercadoria.

Qual a autoridade judiciária competente para processar e julgar eventual demanda entre as contratantes?

- (A) Única e exclusivamente a autoridade judiciária francesa
- (B) Única e exclusivamente a autoridade judiciária chilena
- (C) Única e exclusivamente a autoridade judiciária dinamarquesa
- (D) A autoridade judiciária brasileira, concorrentemente
- (E) A autoridade judiciária do pavilhão da embarcação

RASCUNHO



QUESTÕES DISCURSIVAS

Questão nº 1

A companhia de petróleo ZC promoveu ação com pedido condenatório em face da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que é regida pela Lei nº 9.478/1997, postulando indenização por prejuízos causados por atos dos seus agentes, que interditaram as atividades desenvolvidas sob alegação de descumprimento de normas legais e administrativas. O foro competente escolhido pela autora foi o Distrito Federal. Regularmente citada, a ré apresentou defesa em que alegou preliminar de incompetência absoluta, tendo em vista que os atos impugnados ocorreram em São Paulo, impugnando o valor dado à causa, considerado ínfimo. Também alegou ilegitimidade passiva por não concordar com os atos praticados pelos agentes da autarquia. No mérito, postulou a improcedência do pedido formulado.

Analise o caso, à luz do ordenamento jurídico aplicável, e posicione-se relativamente a alguns aspectos atinentes à defesa da ré, a saber: juízo competente; natureza das matérias de defesa inicialmente alegadas; possibilidade da ilegitimidade passiva; possibilidade de defesa do mérito.

Esse posicionamento deve ser estruturado em um texto de 30 a 40 linhas, no qual sejam avaliadas fundamentadamente:

(Valor: 10,0 pontos)

- a pertinência do juízo competente escolhido pela autora;
- a natureza das matérias de defesa inicialmente alegadas;
- a possibilidade da ilegitimidade passiva;
- a possibilidade da defesa do mérito diante das alegações inicialmente apresentadas, pertinentes a questões processuais.

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação da questão nº 1)

RASCUNHO



Questão nº 2

O governo federal, com o intuito de incentivar a exploração de jazidas de petróleo, gás e hidrocarbonetos, estabeleceu diversos regimes aduaneiros especiais.

Com esse objetivo, surgiu o Repetro, regulado, atualmente, pelo regulamento aduaneiro (Decreto nº 6.759, de 2009) e por outros regimes aduaneiros especiais.

Também regulam o instituto duas leis: Lei nº 12.276, de 2010, art. 6º; Lei nº 12.351, de 2010, art. 61. Essas normas estabelecem a aplicação do regime especial em áreas outorgadas à Petrobras e em áreas do pré-sal, sempre relacionadas a atividades de pesquisa, lavra e exploração de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Além do instituto já descrito, foi criado o Repenec – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Lei nº 12.249/2010 e regulamentado pelo Decreto nº 7.320/2010), concedendo incentivos para o desenvolvimento de projetos para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia, a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado.

No mesmo diapasão, houve a criação, pela Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Reidi – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que tem como objetivo a desoneração da implantação de projetos de infraestrutura.

Esses regimes especiais vieram a reforçar o clássico regime de *drawback*, que acolhe a admissão temporária de bens com suspensão da exigibilidade dos tributos cabíveis e que não está circunscrito somente no setor de óleo e gás.

A partir dos elementos apresentados, elabore um texto de 25 a 30 linhas, no qual indique e justifique fundamentadamente, à luz do ordenamento jurídico aplicável, os aspectos elencados a seguir:

- o escopo do Repetro e dois tributos que devem ter a exigibilidade por ele suspensa;
- o escopo do Repenec e dois tributos que devem ter a exigibilidade por ele suspensa;
- o escopo do Reidi e dois tributos que devem ter a exigibilidade por ele suspensa;
- o uso do *drawback* por parte do setor de óleo e gás; as consequências de a admissão temporária ultrapassar o período autorizado; e três tributos que devem ter a exigibilidade por ele suspensa.

(Valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

